



REFLEXÕES SOBRE A EXPLORAÇÃO DO HOMEM E DA NATUREZA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães¹

Gisele Joicy da Silva Guimarães²

RESUMO

Neste trabalho nos centrarmos sobre a sociedade capitalista e nos seus rebatimentos na relação homem e natureza, utilizando como aporte teórico as análises de Karl Marx, particularmente em *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* e *O Capital*. Primeiramente, abordamos sobre a dimensão antológica do trabalho que realiza a mediação da relação homem e natureza. Posteriormente, tratamos sobre a redução desta dimensão ontológica do trabalho com o Modo de Produção Capitalista, que resultará na exploração não só da força de trabalho, mas também do uso indiscriminado dos recursos naturais. Portanto, nesta sociedade, tanto o homem quanto a natureza tornam-se mercadoria.

Palavras – Chave: Sociedade Capitalista; Homem; Natureza.

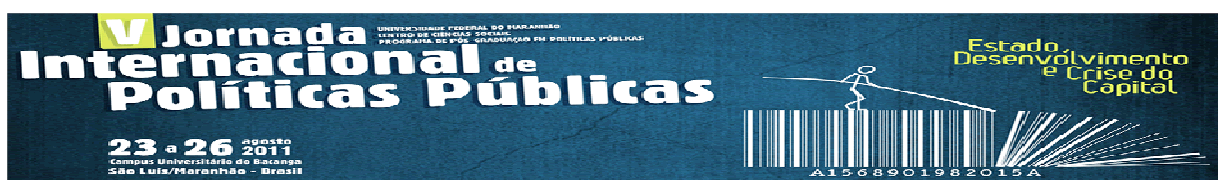
ABSTRACT

In this paper we focus on capitalist society and its repercussions on the relationship between man and nature, using as the theoretical analysis of Karl Marx, particularly in *Economic and Philosophical Manuscriptis of 1844* and *Capital*. Dealt whit firts anthology on the size of the work performed by the mediation of the relationship between man and nature. Subsequently, we treated about the reduction of this ontological dimension f working with the capitalist mode of production, resulting in the exploration not only of labor but also the indiscriminate use of natural resources. There for, in this society, both the man and nature become a commodity.

Keywords: Capitalist Society, Man, Nature.

¹ Mestre. Universidade Estadual do Pará (UFPA). jacqueline_tatiane@hotmail.com

² Especialista. Universidade Estadual do Pará (UFPA).



I INTRODUÇÃO

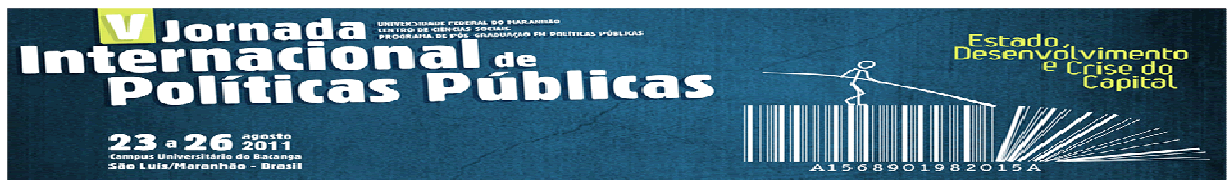
Neste trabalho nos centramos sobre a sociedade capitalista e nos seus rebatimentos sob a relação homem e natureza, bem como o modo que estes são “apropriados” e utilizados no modo de produção vigente. Primeiramente, utilizamos como referencial as análises realizadas por Karl Marx - especialmente - em *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, que demonstra a dimensão ontológica do trabalho, que segundo o mesmo, é o mediador da relação entre o homem e a natureza.

Num segundo momento, abordamos a maneira como se dá o esvaziamento desta dimensão ontológica do trabalho, apontando como marco desta separação a ultrapassagem do sistema feudal para o Modo de Produção Capitalista (MPC), havendo a expropriação dos meios de produção do trabalhador e a constante busca pela acumulação de capital. Para tanto, também, assentamos nossas análises sobre a obra *O Capital*.

Sánchez Vázquez (2007; p.120) considera que na obra anterior Marx apresenta o proletariado como um ser que sofre e que deve libertar-se das condições de vida que lhe são impostas pelo modo de produção, no qual não nos é mostrada as formas de superação e de libertação desta condição; algo que é diferente em *O Capital*, havendo a percepção de um conceito científico deste mesmo proletariado, que aparece como membro de uma classe social desprovido dos meios de produção, forçado a vender a sua força de trabalho como mercadoria, produzindo assim a mais-valia³.

Destacamos que neste estudo não nos referimos à categoria trabalho como simples pano de fundo desta relação, mas como atividade fundamental mediadora das relações estabelecidas entre a natureza e o homem que foram modificadas com a ultrapassagem para a sociedade capitalista - que não foi algo imediato e possível de ser demarcado. Ressaltando que o trabalho assalariado “[...] é apenas uma forma histórica especial do sistema de trabalho não pago que existe desde que existe a separação de

³ De acordo com este mesmo autor, o que levaria a Karl Marx a perceber o operário desta maneira, como um ser oprimido, sofredor e sem liberdade, no entanto, como um potente revolucionário ao invés de produtor, é a condição específica pelo qual passava a Alemanha, que estava atrasada em relação aos outros países da Europa e com um baixo desenvolvimento da produção. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007; p. 121)



classes; uma forma histórica especial que deve ser pesquisada como tal, se quisermos compreender o que é o que significa” (BENJAMIN, 2003, p.19).

Debruçar-nos sob o debate realizado por Karl Marx sobre o trabalho - enquanto categoria ontológica, que nos mostra a relação íntima entre o homem e a natureza - nos permite perceber que na sociedade capitalista esta relação foi modificada, bem como foi extinta a dimensão ontológica do trabalho, no qual a natureza enquanto bem de uso comum a todos é privatizada e o homem é reduzido à mera força de trabalho, portanto ambos tornam-se mercadorias.

II A RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E A NATUREZA SEGUNDO KARL MARX.

Em “*Manuscritos Econômicos e Filosóficos*” Karl Marx (2004) realiza uma crítica à Economia Política Clássica que restringe a compreensão de trabalho ao modo de produção burguês, percebendo-o como simples atividade destinada ao lucro; reconhecendo, somente, que o trabalho humano é a fonte de toda riqueza, partindo da propriedade privada como fato, no entanto não a explica. Então, nesta obra de Marx não encontramos uma abordagem economicista sobre o trabalho, mas sim afirmações de caráter ontológico, que nos possibilita compreender a relação homem/natureza, em que o homem para atender as suas necessidades precisa desenvolver uma atividade que é o trabalho, que irá mediar esta relação, implicando numa *interação no marco da própria sociedade* (NETTO, 2008), ou seja, não é um simples transformar da natureza, mas também é um processo de constituição do ser social, mas o que seria este ser social?

De acordo com Lukács (1979; p.17) “o ser social - em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica”. (LUKÁCS, 1979; p.17). Conseqüentemente não podemos pensar o ser social como independente ou separado da natureza, sobre isto Marx (2004; p.84) nos diz que

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza na medida em que ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza, significa: a natureza é o seu corpo, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.



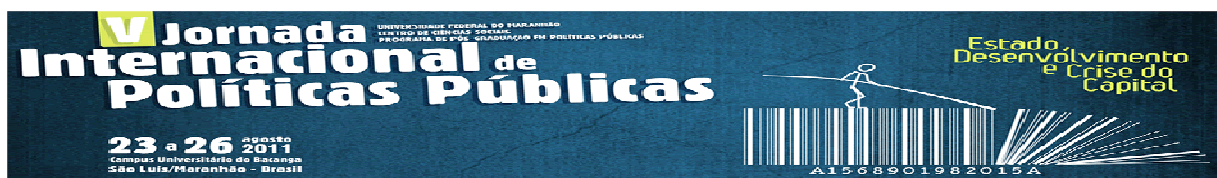
Portanto, para compreendermos a dimensão ontológica do homem é imprescindível o entendimento da sua relação com a natureza – relação mediada pelo trabalho. Sendo importante ressaltar que o ser social não é mais importante que o ser natural, em que para a existência do primeiro as necessidades do segundo devem ser satisfeitas, tais como a fome, por exemplo. Ou seja, para existir o ser social antes deve ser satisfeito as necessidades do ser natural.

Em *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* a produção passa a ganhar uma essencial dimensão em Karl Marx, pois esta é determinada não só pelo mero conteúdo econômico, mas pelo seu aspecto filosófico, haja vista que para Marx a produção diz respeito à autoprodução do homem. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007; p.126).

Porque o homem produz? A produção diz respeito às necessidades humanas, em que o homem para satisfazê-las - diferente do animal que também produz para satisfazer suas necessidades - estabelece outro tipo de relação, que é mediata, ultrapassando o caráter físico e imediato da satisfação e de atendimento ao seu aspecto instintivo, em que este além de ter necessidades que são inerentes ao seu caráter animal também cria ou inventa novas necessidades (Idem; p.127).

O homem (que também é natureza) não pode viver sem a natureza, pois esta fornece as condições para reprodução material e social dos membros da sociedade, o que significa dizer que “*Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza*” (NETTO, 2008), em que a existência daquela depende desta e não o contrário. O homem não pode dispensar a natureza no seu processo de produção e criação, que é o seu mundo exterior sensorial, material no qual se concretiza o trabalho humano na produção de coisas, portanto a natureza proporciona os meios de existência do trabalho, quanto a isto Marx (2004) afirma que

[...] assim como a natureza proporciona os *meios de existência* do trabalho, na acepção de este não poder viver sem objetos aos quais possa aplicar-se, igualmente proporciona os *meios de existência* em sentido mais restrito, ou sejam os meios de subsistência física para o próprio *trabalhador*. Assim, quanto mais o trabalhador *apropria* o mundo externo da natureza sensorial por seu trabalho, tanto mais se despoja de *meios de existência*, sob dois aspectos: primeiro, o mundo exterior sensorial se torna cada vez menos um objeto pertencente ao trabalho dele ou um meio de existência de seu trabalho; segundo, ele se torna cada vez menos um meio de existência na acepção direta, um meio para a subsistência física do trabalhador.



O homem ao se apropriar da natureza, transformando-a por meio do seu trabalho (produção), esta passa a ser objeto da ação humana, ao mesmo tempo em que o homem é natureza, ele se supera enquanto ser natural, indo além da sua própria natureza e da natureza exterior, consistindo nisto a sua autoprodução (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 128). Eric Hobsbawn, pautando-se em Marx, nos diz que a interação entre o homem e a natureza representa a evolução social, pois o homem ao se apropriar e dominar a mesma é conduzido ao progresso⁴, ganhando relativa emancipação, afetando não só as forças produtivas, mas também as relações de produção⁵.

No processo de transformar a natureza por meio do trabalho o homem se exterioriza e se objetiva, em que a natureza na relação com homem será objeto ou matéria de sua atividade, portanto, imprescindível para existência deste, pois o homem é por essência um ser que necessita produzir um mundo humano, e neste ponto que se revela a dimensão filosófica da produção (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 129)

Deste modo, o homem genérico, enquanto parte de um gênero (espécie humana) é pertencente à natureza. Esta relação significa o intercâmbio orgânico⁶ do homem com a natureza, onde este apresenta o seu diferencial diante dos outros animais - que também buscam a sua sobrevivência na natureza -, pois neste processo de transformar a matéria (natureza) ele se objetiva, rompendo com a simples satisfação orgânica⁷.

III AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

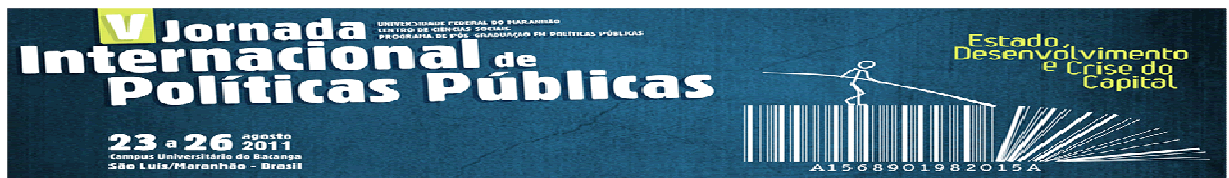
Os aspectos abordados anteriormente evidenciam que o homem é um ser social, pois na realização do trabalho desenvolve tanto a cooperação quanto a divisão social do trabalho, especializando as funções. Ao ter a sua relação com a natureza mediada pelo trabalho, o homem precisa dos elementos materiais, que são o objeto de trabalho e os

⁴ “Para Marx, o progresso é algo objetivamente definível, que indica, ao mesmo tempo, o que é desejável. A força da crença marxista no trunfo do livre desenvolvimento de todos os homens não depende do vigor das esperanças de Marx neste sentido, mas da pretendida justeza da análise, segundo a qual é neste rumo que o desenvolvimento histórico, finalmente conduzirá a humanidade” (HOBSBAWN, 1986).

⁵ Ver na introdução do livro: MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo. 5ª Edição. Paz e Terra, 1986.

⁶ ALVES, Giovanni. **Verbetes Trabalho, Dicionário Crítico do Trabalho**, In RET - Rede de Estudos do Trabalho. Disponível em www.estudosdotrabalho.org Acesso em: 05/05/2009.

⁷ O diferencial do homem diante dos outros animais apresenta-se também na sua capacidade ontológica, que é a intencionalidade construída no plano do pensamento, em que o ser social já imagina o produto, idealiza-o na sua consciência, nos mostrando, portanto, que a matéria antecede o pensamento.



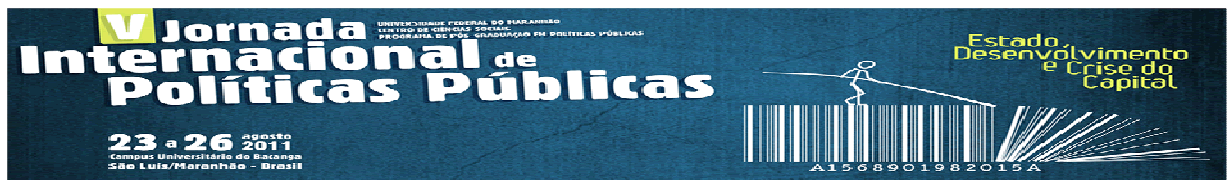
instrumentos de trabalho; em que o primeiro diz respeito aos elementos sobre os quais o homem trabalha como a terra e as matérias-primas. O segundo refere-se às ferramentas, máquinas e transportes, ou seja, são os meios utilizados pelos homens para exercerem as suas ações. (FIALHO, 1997).

O objeto de trabalho e os instrumentos de trabalho são os **meios de produção** que somados à **força de trabalho** formam as **forças produtivas**, que estão de acordo com o desenvolvimento tecnológico e científico de cada época e período histórico (Idem). Inicialmente a produção e a troca eram destinadas somente para a manutenção da comunidade, ou seja, tinham como finalidade o uso. As produções de excedentes que ultrapassam as necessidades de sobrevivência do indivíduo e da sua comunidade possibilitaram a geração de mais excedentes, tornando possível a troca (MARX, 1986; p.16).

A produção e a circulação de mercadorias, bem como o comércio, iniciados de maneira simples, com tempo se complexificam, possibilitando a formação das condições históricas prévias para o nascimento do capital (BENJAMIN, 2003, p. 20). Portanto, no intercâmbio sociedade e natureza, temos como resultado a produção dos bens que são valores de uso, no qual a própria sociedade é dependente, estes valores de uso são as mercadorias⁸, que são fundamentais no sistema capitalista, sendo que o seu acúmulo em forma de capital corresponde à riqueza (NETTO; BRAZ, 2008).

No entanto, devemos perceber estes processos como parte e resultado de um processo maior: a longa trajetória histórica da humanidade. A separação do trabalhador dos meios de produção deu início à Acumulação Primitiva, considerada a pré-história do modo de produção capitalista, que consiste na existência de grande capital e força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadoria. (FIALHO, 1997). Mas como isto seu deu?

⁸ No entanto ressaltamos que nem todo produto que tenha valor de uso, produzido no trabalho, é mercadoria. Pois como bem nos explica Netto e Braz (2008) "Em primeiro lugar, porque só constituem mercadorias aqueles valores de uso que podem ser *reproduzidos*, isto é: produzidos mais de uma vez, repetidamente [...]. Em segundo lugar, porque *a mercadoria é um valor que se produz para a troca, para a venda*; os valores de uso produzidos para o autoconsumo do produtor (o móvel que um marceneiro fabrica para uso em sua própria casa) não são mercadorias – somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais (humanas) de outrem e, portanto, sejam requisitados por outrem, constituem mercadoria; esta, pois, dispõe de uma dimensão que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida (o seu valor de troca). Assim, portanto, **a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca**" (p. 79 - 80; grifo dos autores).



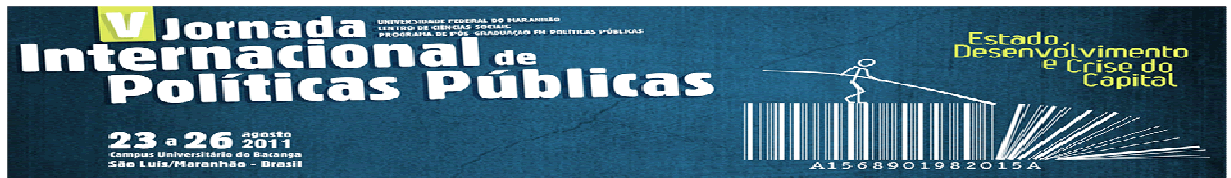
Se no processo de circulação de mercadoria há a troca de valores iguais, então como extrair excedentes? Na sociedade vigente isto é possível a partir de outro tipo de mercadoria: a força de trabalho humana, que tem seu valor dado pelo tempo de trabalho na produção de bens. O valor desta mercadoria, a força de trabalho, tem o seu preço que será expresso na forma de salário, no entanto este valor pago é inferior ao que o comprador pode extrair do trabalhador, então deste trabalho adicional que não é pago há a extração da mais-valia que irá incrementar o capital (BENJAMIN, 2008; NETTO; BRAZ, 2008).

Portanto, o modo de produção capitalista consiste na existência de

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias [que] têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não parte direta dos meios de produção, como os escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos esses dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho (MARX, 2005; p.828).

As relações como se encontram hoje teve seu início no momento em que o homem deixou a sua condição de servo e escravo, para se tornar trabalhador “livre”, que no modo de produção capitalista, é a sua transformação em trabalhador assalariado. De acordo com Marx (2005, p.829-830) “O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista”, em que o produtor rural ao ser expropriado e privado de suas terras, constitui a base deste processo.

Como resultado da especialização do trabalho, as relações estabelecidas entre os homens (em especial a troca) sofisticam-se e com a invenção do dinheiro, a produção de mercadoria e a troca tornam possível a acumulação do capital, rompendo assim a relação trabalho e propriedade, separando meios de trabalho e objeto de trabalho (FIALHO, 1997). Portanto, não percebendo limites nas suas possibilidades de lucro, procurando várias vias que possibilitassem a acumulação.



IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

E qual seria o resultado deste tipo de relação para a natureza? Vivemos numa sociedade que acredita no triunfo e na produção sem fim das mercadorias, que gerariam mais lucros para os capitalistas que poderiam contratar mais trabalhadores - que possuem como única moeda de troca a sua força de trabalho - fechando o ciclo com a possibilidade de compra de mais mercadorias (IASI, 2008). No entanto, sabemos o quanto é falaciosa esta concepção da economia burguesa. Quanto a isto Marx (2004) nos diz:

[...] O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A *desvalorização* do mundo humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens.

A concepção de lucro ao se centrar na produção infinita de mercadorias (no qual também irá identificar o próprio homem como tal) terá como consequência a exploração indiscriminada do objeto/alvo do qual o seu trabalho incidirá: a natureza, que oferece não só os objetos de trabalho, mas também os instrumentos de trabalho (os meios de produção)⁹.

De acordo com Bernardes e Ferreira (2008) até o século XIX as relações entre a sociedade e a natureza, por estarem vinculadas aos processos de produção capitalista, consideraram como pólos excludentes o homem e a natureza, sendo esta última percebida como objeto de ilimitada fonte de recursos, em que a partir desta concepção por meio da industrialização foram desenvolvidas práticas de intensa exploração dos recursos naturais.

Ao estarmos inseridos em uma sociedade que segue uma lógica que é economicista, tratando o trabalho não no seu sentido geral, mas um tipo de trabalho

⁹ No entanto, é possível verificarmos que atualmente, tem havido um reconhecimento sobre a crise ambiental, não só pelos movimentos ecológicos ou ambientalistas (que em alguns casos se apresentam como contrários a lógica predadora da acumulação capitalista), mas também pelos próprios capitalistas, como prova disto, vemos o próprio conceito de *sustentabilidade*, que é mais uma estratégia e não uma alternativa de desenvolvimento desatrelado do modo de produção vigente (FERNANDES, 2006).



centrado no modo de produção burguês, compreendendo-o apenas como atividade dirigida, não livre, como o trabalho assalariado, ligado ao lucro, em que “[...] o trabalhador é reduzido à simples força - de - trabalho e [...] inversamente a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção, inteiramente divorciado do trabalho” (Idem).

Neste processo de separação do homem dos seus meios de produção e aquele é reduzido à mera força de trabalho, em que a atividade trabalho representa meio de sobrevivência material e de satisfação de necessidades do ser orgânico, perdendo o caráter ontológico e de realização do ser social. Conseqüentemente, com a exploração do homem se dá também a exploração da natureza percebida não só como valor de uso, mas também como valor de troca, ou seja, agregando preços que estipulam a sua importância para a sociedade, influenciada pela lógica economicista.

V REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BENJAMIN, César (Org.). **Marx e o socialismo**. - 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- BERNARDES, J.A; FERREIRA, F.P de M. **Sociedade e Natureza**. In: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T (Orgs). A questão ambiental: diferentes abordagens. - 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- FIALHO, N.N.S. **Desenvolvimento Capitalista e a “Questão Social”**. In: Praia Vermelha. Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997.
- HOBSBAUWN, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo. 5ª Edição. Paz e Terra, 1986.
- IASI, Mauro Luis. **Marx e a crise: os fantasmas, agora, são eles**. Texto apresentado inicialmente no Seminário sobre a Crise Econômica Mundial, promovido pelo PCB São Paulo em novembro de 2008.
- LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo, 5ª ed. Paz e Terra, 1986.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.
- _____. (1818-1883). **O Capital: crítica da Economia Política: livro I**. Tradução de Reginaldo Santa’Anna. – 20ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. **Cap. XXIV**.
- NETTO, J.P. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4.ed – São Paulo: Cortez, 2008.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis** – 1ª Ed.- Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.